



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE 2008, FIRMADA NA DATA BASE DA CATEGORIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, PELO SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, COM REGISTRO SINDICAL Nº MTIC 241.030/1952 E INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 34273029/0001-69, REPRESENTANDO A CATEGORIA PROFISSIONAL, AUTORIZADO PELA ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA, REALIZADA EM 11/03/2008, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE, SR. LUCIANO DAVID ARAÚJO, CPF Nº 589.075.997-34 E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SEAC-RJ, COM REGISTRO SINDICAL Nº 46000.000183/97-98 E INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 34037150/0001-91, REPRESENTANDO A CATEGORIA ECONÔMICA, AUTORIZADO PELA ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA, REALIZADA EM 07/04/2008, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE, SR. RICARDO COSTA GARCIA, CPF Nº 332.508.557-15, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA:**

O piso salarial da categoria profissional a partir de 1º de Abril de 2008 será de R\$ 471,00 (quatrocentos e setenta e um reais), sofrendo um reajuste no percentual de 10,82% (dez vírgula oitenta e dois por cento).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregados abaixo terão os salários que se seguem:

A S S E I O	L I M P E Z A	- SERVENTE	R\$ 471,00
		- LIMPADOR	R\$ 471,00
		- COPEIRA	R\$ 471,00
		- FAXINEIRA	R\$ 471,00
		- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 471,00
		- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 471,00
		- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 471,00
		- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 471,00 + periculosidade
		- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 471,00
		- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 537,61
		- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 560,61
		- ENCARREGADO	R\$ 588,80
		- CALAFATE	R\$ 765,86
- SUPERVISOR	R\$ 1.094,14		
C O N S E R V A Ç Ã O	O U T R A S	- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 471,00
		- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 471,00
		- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 471,00
		- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 471,00
		- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 474,35
		- TRICICLISTA	R\$ 478,90
		- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 515,46 + periculosidade
		- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 515,46 + periculosidade
		- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 515,46
		- RECEPCIONISTA	R\$ 515,46
		- PORTEIRO/VIGIA	R\$ 515,46
		- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 515,46
		- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 515,46
		- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 618,61
		- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 622,55
		- COZINHEIRA	R\$ 685,14
		- GARÇOM	R\$ 718,37
		- ALMOXARIFE	R\$ 718,37
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 721,65		
- CHEFE DE COZINHA	R\$ 747,43		
- JARDINEIRO	R\$ 824,80		
- TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	R\$ 840,00		
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 1.030,93		



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Abril de 2008.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Abril/2008.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

**PARÁGRAFO QUARTO:**

Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais permitidos pelos itens 17.6.4.b e 17.6.4.c, da NR-17, da Portaria 3.214/78 do MTb. Por sua vez, considera-se "Agente Administrativo", o profissional que, durante sua jornada normal de trabalho, além do processamento eletrônico de dados, alterne tais atividades com outras diferentes (inclusive de coleta de dados para posterior processamento eletrônico).

**PARÁGRAFO QUINTO:**

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Abril/2008, no contra cheque do mês de Junho/2008, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA:**

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS:**

Todos os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Primeira, serão reajustados em Abril de 2008 em 5% (cinco por cento).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.



#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO:**

O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se os pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Primeira, do presente Instrumento Normativo.

#### **CLÁUSULA QUARTA - VALE-TRANSPORTE:**

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, instituído pela Lei nº 7.418/85, com alteração da Lei nº 7.619/87, da forma regulamentada pelo Decreto 95.247/87.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Ocorrendo majoração de tarifa, as empresas obrigam-se a complementar a diferença devida ao empregado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - HORAS "IN ITINERE":**

O tempo despendido pelo empregado em condução fornecida pela empresa, de ida e volta para o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte público, inclusive em apenas parte do trajeto, não será computado como jornada de trabalho, porque entendem as categorias que a condução da empresa é mais confortável e benéfica, e um acessório fornecido ao empregado para a prestação dos serviços e não como contraprestação, enquadrando-se, pois, no inciso III, parágrafo 2º, do art. 458, da CLT.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Em caso de atraso no transporte previsto no caput, a empresa não poderá descontar do empregado o período de atraso.

#### **CLÁUSULA SEXTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO:**

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação, seja em forma de tiquete ou em pecúnia, no valor de R\$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

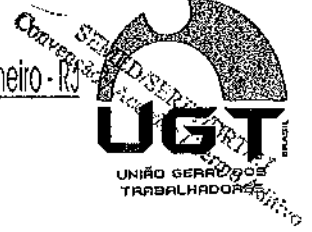
#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Os empregados vinculados aos novos contratos de prestação de serviços, a serem firmados a partir de 1º de Julho de 2008, receberão um auxílio alimentação, seja na forma de tiquete ou pecúnia, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês, excetuando-se, neste caso, "prorrogações" e "renovações" de contratos de prestação de serviços, que não são considerados novos contratos.



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

As empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor disposto no parágrafo primeiro da presente cláusula, solicitando o respectivo repasse para os contratos de prestação de serviços, com o objetivo de conceder de imediato o valor do auxílio alimentação para todos os seus empregados.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

#### **PARÁGRAFO QUARTO:**

Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

#### **PARÁGRAFO QUINTO:**

Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

#### **PARÁGRAFO SEXTO:**

A concessão do auxílio-alimentação não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS:**

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Primeira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

#### **CLÁUSULA OITAVA - LÍDERES DE TURMA:**

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Primeira.



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

#### **CLÁUSULA NONA - TRIÊNIOS:**

Os sindicatos Convenientes acordam, **a partir de 1º de Outubro de 2008**, o fim da gratificação mensal, a título de triênio, respeitando-se o direito individual pré adquirido e as condições contratuais, individuais e coletivas pré existentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - TREINAMENTO:**

O Sindicato Laboral, em parceria com o Sindicato Patronal, obriga-se a manter um sistema de treinamento dos empregados da categoria, com objetivo de aprimoramento do nível técnico dos mesmos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DATA DO PAGAMENTO:**

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até as 15:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso. O pagamento deverá ser efetuado até às 15:00 horas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO:**

O décimo terceiro salário será pago conforme determina a Lei.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Qualquer ajuste na presente cláusula, de natureza legal, deverá ser instituída através de Acordo específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTRA-CHEQUE:**

As empresas pagarão o salário por meio de contra-cheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES:**

Os prêmios e gratificações pagos com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivos, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS:**

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO:**

Nas atividades em que o trabalho for desenvolvido através de escala de revezamento com compensação, de doze horas de trabalho por trinta e seis horas consecutivas de descanso, jornada esta legal, não ensejará o pagamento de adicional por hora extra, desde que seja concedido intervalo para repouso e alimentação, de uma hora, nos termos do art. 71, da CLT. Os empregados sujeitos ao revezamento, ficam obrigados a marcar a sua frequência unicamente no início e término do expediente.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO - COMPENSAÇÃO DE JORNADA:**

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo legalmente permitido como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER:**

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

#### **PARÁGRAFO QUARTO - ARTIGO 59 DA CLT (BANCO DE HORAS):**

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, nos termos do Art. 59, da CLT, já com alteração prevista pela Lei nº 9.601, de 28.01.1998, ficando restrito, tão-somente, aos empregados lotados no mesmo setor de serviços. A formalização do Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO:**

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INSALUBRIDADE:**

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com a legislação, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



- a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;
- b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.
- c) o adicional de insalubridade previstos nas letras "a" e "b" do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PERICULOSIDADE:**

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas comprometem-se a cumprir a Norma Regulamentadora 9 - NR 9, que trata da prevenção dos riscos ambientais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - RESCISÃO:**

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme Lei 7.855/89, sem prejuízo do disposto na Cláusula Quadragésima Primeira.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas obrigam-se a comunicar, por escrito, ao empregado desligado, a data, hora e local da quitação da rescisão, fornecendo cópia da comunicação ao empregado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO:**

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de vinte e quatro horas, as mudanças de horário e local de trabalho, respeitada a legislação em vigor, atinente a cada caso.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EXPERIÊNCIA:**

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 6 (seis) meses após a respectiva demissão.



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA:**

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DEMISSÃO/GARANTIA DA GESTANTE :**

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Havendo a constatação do estado gestacional da empregada, após a sua demissão, sem que a empresa tivesse - à época - conhecimento de tal fato, a empresa compromete-se a reintegrar a empregada em seu quadro funcional, descontando-se as verbas rescisórias eventualmente já pagas.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Decorrido 90 (noventa) dias após a demissão do quadro funcional da empresa empregadora, sem que a empregada gestante tenha comunicado o seu estado gestacional, será caracterizado como abuso de direito, em conformidade com o estabelecido no Art. 187 do Código Civil, caso venha postular eventual indenização.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS:**

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, na forma da Lei, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Nos casos de greve dos Sistemas Públicos de Assistência Médica, as empresas aceitarão os atestados médicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelas clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa não tenha serviço médico próprio.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Os atestados médicos serão obrigatoriamente encaminhados pelos integrantes da categoria no departamento de pessoal das empresas, no mesmo dia de sua emissão ou, no máximo, 48 horas após a expedição sob pena de invalidade e de serem considerados nulos.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA:**

As empresas de Asseio e Conservação comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, a partir de 01 de Abril de 2008, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica, extensiva a cobertura aos dependentes.





Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 23.10.98, pelos Sindicatos Convenientes.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR SINDICAL:**

Por esta cláusula fica garantido pela FETHERJ Federação do Empregados em Turismo e Hospitalidade do Rio de Janeiro e por seus sindicatos representados, a Assistência Social Familiar a todas as famílias dos trabalhadores pertencentes à categoria profissional subordinadas a esta Convenção Coletiva de Trabalho, associados ou não às entidades sindicais profissionais, amparados ou não por seguros de vida.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Os serviços assistenciais serão prestados em caso de incapacitação permanente para o trabalho ou de falecimento do trabalhador, conforme condições do Manual de Orientação e Regras anexo, a ser prestado por organização gestora especializada, previamente aprovada pela Entidade Sindical Patronal e Laboral.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

O mencionado benefício será custeado pelo trabalhador e pela empresa. Caberá ao trabalhador, mensalmente, a importância de R\$2,35 (dois reais e trinta e cinco centavos), descontados em folha de pagamento. As empresas contribuirão com a importância de R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos), tendo como base a totalidade dos empregados constantes no CAGED, sem nenhuma redução a que título for. O valor total de R\$4,60 (quatro reais e sessenta centavos) deverá ser recolhido à gestora da Assistência Social Familiar Sindical aprovada pela FETHERJ, através de guia própria, até o dia 10 de cada mês, para a efetiva viabilidade financeira deste benefício social.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO:**

O empregador reembolsará a gestora do benefício dos valores das assistências prestadas e, responderá perante ao trabalhador ou a seus dependentes, por multa equivalente ao dobro do valor total do presente benefício, se por ocasião do óbito ou da incapacitação permanente do trabalhador estiver inadimplente por falta de pagamento, pagamento após o dia do vencimento, e, ou, efetuar o recolhimento por valor inferior ao devido.

#### **PARÁGRAFO QUARTO:**

O óbito ou a incapacitação permanente do trabalhador deverá ser comunicado formalmente, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias da ocorrência, observando-se os itens "T" e seguintes do Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula.

#### **PARÁGRAFO QUINTO:**

Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta assistência social, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores, em consonância com o artigo 444 da CLT.

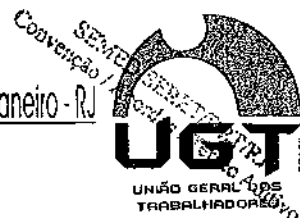
#### **PARÁGRAFO SEXTO:**

O presente benefício social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



#### **PARÁGRAFO SÉTIMO:**

Sempre que necessária à comprovação do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho, nas licitações e nas homologações trabalhistas, deverá ser apresentado o certificado de regularidade da Assistência Social Sindical, a disposição no site, [www.asfsindical.com.br/fetherj](http://www.asfsindical.com.br/fetherj).

#### **PARÁGRAFO OITAVO:**

Para que este benefício surta o efeito social esperado, ou seja, o de levar atendimento imediato às famílias dos trabalhadores, as empresas deverão informar aos seus empregados através de material informativo disponíveis nas sedes dos sindicatos laboral e patronal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - BOLSAS DE ESTUDOS:**

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - UNIFORME:**

As empresas fornecerão gratuitamente 03 (três) uniformes por ano a seus empregados, quando obrigatório o seu uso, da seguinte forma: 01 (um) uniforme na admissão e mais 01 (um) a cada seis meses.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I:**

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

O EPI – Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - EXAMES MÉDICOS:**

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS:**

As empresas obrigam-se a avisar, com 01 (um) mês de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dias antes do início das mesmas. Caso não cumpram o prazo estipulado, pagarão multa de 2% (dois por cento) ao mês, obedecendo-se a legislação em vigor.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CARTEIRA DE TRABALHO - CTPS:**

Serão anotadas nas CTPS dos empregados, além do salário, todas as gratificações recebidas tais como triênio e outras vantagens, conforme legislação em vigor.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas fornecerão aos seus empregados os extratos do FGTS, sempre que emitidos pelo Banco Depositário.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - SUBSTITUIÇÕES:**

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme Instrução Normativa nº 01 do TST.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - TRANSFERÊNCIA:**

As empresas deverão comunicar a seus empregados, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, as mudanças de horário e local de trabalho.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO - TRANSFERÊNCIA PARA OUTRO MUNICÍPIO:**

As empresas só poderão transferir o empregado do Município onde iniciou a exercer suas atividades para outro Município, ainda que próximo, com a concordância por escrito do empregado, pagando-se a ele as despesas adicionais do Vale-Transporte.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DESVIO DE FUNÇÃO:**

Todos os empregados desviados de função terão suas funções corrigidas na CTPS.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO:**

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS:**

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONVÊNIOS:**

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ABONO DE ESTUDANTE:**

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO:**

Os pedidos de demissão ou recibo de quitação da Rescisão Contratual de Trabalho, com mais de um ano de serviço, serão homologados no Sindicato Laboral da Categoria ou na Delegacia Regional do Trabalho - DRT-RJ, na forma da Legislação em vigor, com pagamento efetuado até às 15:00 horas.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As verbas rescisórias homologadas conforme disposto na presente Cláusula, sobre as quais não houve ressalvas específicas, entender-se-ão quitadas de forma plena, rasa e geral, nos termos do Enunciado 330 do TST.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS:**

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADE SINDICAL:**

As empresas deverão descontar mensalmente em folha a mensalidade dos associados e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o respectivo Sindicato apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade, incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas deverão efetuar o repasse da mensalidade descontada de seus empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o desconto, através de depósito no Banco Itaú S.A., agência 3411, conta corrente nº 02259-7, ou retirar o boleto bancário através do site [www.seeacmrj.org.br](http://www.seeacmrj.org.br) ou [www.asseiomrj.com.br](http://www.asseiomrj.com.br), tendo a partir daí, prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à sede do Sindicato Laboral, cópia do recibo de depósito bancário acompanhada da listagem dos sócios para aquisição do recibo definitivo.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DELEGADO SINDICAL:**

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Os Delegados e Diretores terão direito a 01 (um) dia de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Assistencial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 20 de Outubro de 2008, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Em caso de não recolhimento da Contribuição Assistencial prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL:**

As empresas abrangidas por esta Convenção recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 1 (hum) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula primeira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 18 de Agosto de 2008, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 18 de Agosto de 2008, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Confederativa Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 18 de agosto de 2008, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.



**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Em caso de não recolhimento da Contribuição Confederativa Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO:**

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003, firmando convênio com instituições financeiras, desde que operem com o respectivo benefício para o trabalhador.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN:**

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

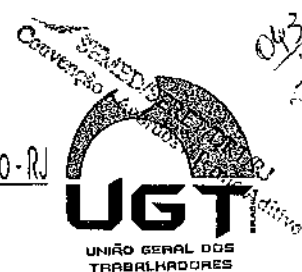
**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às demais empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de concorrências, carta-convite ou tomada de preços, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas.



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convenionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Em face da variação financeira anual a ser suportada pelas empresas, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, devem ser observadas as variações do dispêndio com mão-de-obra, ocorridos entre a CCT/07 e a CCT/08, no percentual de 15,88 % (quinze vírgula oitenta e oito por cento), na forma a seguir demonstrada:

CLÁUSULAS	CCT / 2007	CCT / 2008
Cláusula 1ª (Piso salarial da Categoria)	R\$ 425,00	R\$ 471,00
Cláusula 6ª (auxílio Alimentação*)	R\$ 80,50	R\$ 115,00
*(Considerando-se em média 23 dias úteis/mês)		
Cláusula 27ª (Assistência Social Familiar)	R\$ 2,10	R\$ 2,25
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 507,60</b>	<b>R\$ 588,25</b>

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DIVERGÊNCIAS:

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenentes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO - CICPAC:

Os Sindicatos Convenentes revalidam a Cláusula Quinquagésima Segunda - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Abril de 2006 a 31 de Março de 2008, bem como o Termo Aditivo, depositado em 27.04.2001, na Delegacia Regional do Trabalho sob o nº 46215.020087/2001-14, da forma que se segue:





#### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC, nos termos da presente Cláusula, prevista no Art. 625-A da CLT, é composta de 1 (um) representante dos empregadores e 1 (um) representante dos empregados, e respectivos suplentes, com mandato de 1 (um) ano prorrogável por mais 1 (um) ano, com o objetivo de buscar a conciliação de conflitos individuais de trabalho.

1.1 - Todas as demandas de natureza trabalhista, apresentadas pelo empregado ou pela empresa, no âmbito da representatividade dos convenentes, na jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro, serão submetidas previamente à CICPAC, conforme determina o Art. 625-D da CLT.

1.2 - Não haverá qualquer hierarquia nem subordinação entre os membros da CICPAC.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO:

A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC tem sede na Av. Passos, 122 – 3º andar, Centro – Rio de Janeiro, e funciona de 2ª a 6ª feira, no horário das 9:00 às 17:00 horas, tendo base territorial idêntica à jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro.

2.1 - A demanda será recebida por escrito pela Secretaria da CICPAC, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de conciliação, entregando recibo ao demandante.

2.2 - Para formular a demanda, o demandante deverá apresentar todas as provas documentais, além do nome, endereço e CEP da demandada.

2.3 - A sessão de tentativa de conciliação deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do ingresso da demanda.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO:

A título de reposição de despesas da CICPAC, será cobrado uma taxa no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais), a ser pago pela empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, sendo que, para as demais empresas, será cobrada uma taxa no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), ambas por cada sessão de conciliação realizada.

3.1 - A remuneração dos representantes dos Sindicatos Convenentes na CICPAC é de responsabilidade de cada Sindicato respectivo.

3.2 - Não será cobrada qualquer quantia se qualquer das partes se ausentar.

3.3 - Em hipótese alguma o empregado arcará com qualquer encargo.

#### PARÁGRAFO QUARTO:

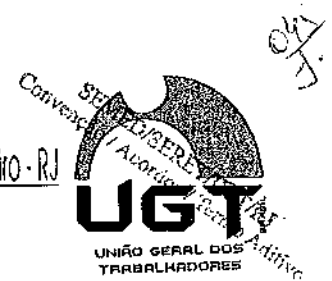
A CICPAC notificará a empresa por meio de comunicação mais rápido possível, podendo, para tanto, ser utilizado fax, e-mail, e outros, com no mínimo cinco dias de antecedência à realização da sessão de conciliação, devendo constar dos autos, cópia dessa notificação juntamente com o comprovante de recebimento.

4.1 – Da notificação constará, necessariamente, o nome dos demandantes, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a advertência de que a demandada deverá



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



comparecer na pessoa de seu representante legal ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir ou firmar acordo, além de apresentar cópia do contrato social da demandada.

4.2 – Quando da realização da sessão de conciliação, a demandada apresentará todas as provas documentais que achar necessário.

#### **PARÁGRAFO QUINTO:**

Caso qualquer das partes não compareça à sessão de conciliação, os conciliadores da CICPAC, presentes à sessão, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia aos interessados.

#### **PARÁGRAFO SEXTO:**

Os advogados terão livre acesso às audiências de Conciliação Prévia e poderão assistir empregados e empregadores, terem vistas dos documentos e manifestarem-se em sessão de conciliação.

6.1 – Não prosperando a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

6.2 – Aceita a conciliação será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC presentes à sessão, fornecendo cópia às partes.

6.3 – O Termo de Conciliação é título executivo extrajudicial e têm eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único, do Art. 625-E, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.01.2000.

#### **PARÁGRAFO SÉTIMO:**

Caberá ao Sindicato Laboral a indicação e remuneração de um secretário que atuará nas sessões.

#### **PARÁGRAFO OITAVO:**

O funcionamento da Secretaria será de responsabilidade da Câmara Intersindical de Conciliação Trabalhista do Comércio do Rio de Janeiro – CINTEC.

#### **PARÁGRAFO NONO:**

Os Sindicatos comunicarão a instalação da Comissão aos Juízes das Varas de Trabalho com jurisdição em sua base territorial para efeito do Art. 625-D, da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.958/00.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE:**

As empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como das variações salariais ocorridas durante o período de vigência da mesma.

18

Sede Própria: Rua Dr. Satamini, 189 - Tijuca - CEP 20270-233 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 2566-4100 - Fax.: 2566-4102 site: [www.asseiomrj.com.br](http://www.asseiomrj.com.br) - CNPJ: 34273029/0001-69



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



**CÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE:**

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - VALIDADE:**

A presente Convenção terá vigência a partir de 01 de Abril de 2008 à 31 de Março de 2010, revogando-se as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de asseio e conservação do ano de 2007, sem prejuízo da categoria profissional. As cláusulas exclusivamente econômicas serão objeto de revisão na próxima data base, ou seja, em Abril de 2009.

Rio de Janeiro, 09 de Maio de 2008.

**LUCIANO DÁVID DE ARAÚJO**  
Presidente - Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio  
e Conservação do Município do Rio de Janeiro  
CPF.: 589075997-34

**CLAUDIO GOULART DE SOUZA**  
OAB-RJ 54556

**RICARDO COSTA GARCIA**  
Presidente - Sindicato das Empresas de Asseio e  
Conservação do Estado do Rio de Janeiro  
CPF.: 332.508.557-15

**JOSÉ DE ALENCAR LEITE MAGALHÃES**  
OAB-RJ 80517

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO  
SEÇÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

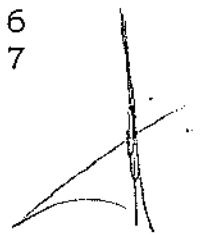
Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro e peço de depósito da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/Alterações, constante do processo nº 46215-017020/2008.61 Registrado e Arquivado na DRT/RJ sob o nº 219003672008 (Rio de Janeiro, 15 de MAIO de 2008).

Janeirana Mariana Mar...  
Auxiliar Fiscal do Trabalho...  
Mat. 11416  
Chefe de SEMED...  
Data de depósito: 12/05/08

**MANUAL DE ORIENTAÇÕES E REGRAS  
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR SINDICAL  
ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

**ÍNDICE REMISSIVO**

	Página
Introdução (leitura obrigatória) .....	2
<b>Orientações e regras</b> .....	3
Forma de Recolhimento .....	3
Prorrogação.....	3
Recolhimento a maior .....	3
Apresentação de documentos .....	3
Inadimplência .....	3
Recolhimento a menor .....	3
<b>Assistência Social Familiar Sindical</b> .....	4
Atendimento 24 horas .....	4
Serviço funeral .....	4
Assistência Financeira Imediata .....	5
Manutenção de Renda Familiar .....	5
Assistência Alimentícia .....	5
Incapacitação Permanente para o Trabalho por perda ou redução da aptidão física .....	5
Tabela das Incapacitações Permanentes para o Trabalho .....	6
Fornecimento dos Cartões de Identificação e Procedimentos .....	6
Comunicação de Eventos .....	7



## INTRODUÇÃO

Preparamos este manual com o intuito de facilitar aos departamentos de Recursos Humanos a melhor orientarem seus trabalhadores, auxiliando desta maneira na divulgação do serviço assistencial ora estabelecido.

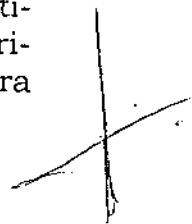
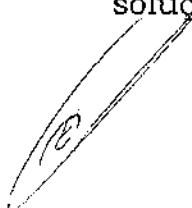
Nossa realidade é que uma parcela significativa dos nossos trabalhadores e seus dependentes são pessoas simples, não afetas a burocracias administrativas; por estes motivos, quando se deparam com uma fatalidade, acabam, muitas vezes, tendo seus lares desfeitos, ou passando a viverem de forma precária agravando o problema social de nosso país, com graves repercussões para toda coletividade.

A ocorrência de um falecimento desencadeia um sério problema social, devido que, raramente as famílias contam com reservas financeiras para custeio do funeral e para sua subsistência até que se reestruturarem, o que as obrigam a rifas e outras formas de angariação de valores, entre a vizinhança ou colegas de serviço, sujeitando todos a um grande constrangimento.

As apólices de seguro de vida, (que recomendamos como complemento desta assistência) por exigência legal, possuem caráter de indenização, meramente financeiro, e esbarram em uma série de restrições legais para que a indenização ocorra, como por exemplo, exigem comprovação inequívoca da condição de beneficiário do falecido, o que nem sempre é fácil de ser produzida.

Por sua vez a Previdência Social, para disponibilizar os auxílios, necessita de documentos que comprovem a legitimidade de uma união estável, legitimidade dos filhos, ação de tutela para menores que ficaram órfãos, entre outros.

Assim, para atendimento imediato aos trabalhadores, suas respectivas famílias, e aos empregadores que prestam serviços na base territorial, foi desenvolvida esta sistemática ágil e desburocratizada para solução da questão.



SEMED/SECRETARIA  
de Assistência Social / Acordos / Termo Aditivo

06/9

## ORIENTAÇÕES E REGRAS

**Forma de recolhimento:** Os boletos ou avisos via internet, para recolhimento da contribuição, que visa manter a estabilidade financeira da Assistência Social aos trabalhadores, serão enviados aos Empregadores pela gestora da Assistência e deverão ser completados, com: o Código de Recebimento Mensal da Transmissão de Dados ao MTE e a quantidade de empregados constante no campo “**total de empregados do último dia**”, do último CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) informado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que é a base dos cálculos, a qual não deverá sofrer qualquer redução, **seja a que título for**, o que dispensa qualquer relação nominal visto ser a assistência social um benefício social a todos os trabalhadores com carteira assinada, lembrando que os trabalhadores afastados serão também amparados. Em caso de existirem trabalhadores pertencentes a outros sindicatos, e não havendo interesse de que os mesmos recebam a Assistência Social, **deverá o empregador informar formalmente à administradora**; portanto, na impossibilidade de desconto em folha de pagamento, no caso de afastados, por exemplo, o custo será suportado integralmente pelo empregador.

- A. Prorrogação:** Poderá a gestora prorrogar a data do vencimento, mas será por mera liberalidade e sua aceitação não se constituirá em obrigação de aceitação de outras futuras prorrogações.
- B. Recolhimento a maior ou em duplicidade:** Efetuando o Empregador recolhimento com base em um número de trabalhadores superior ao devido ou em duplicidade, o valor pago será devolvido, se solicitado por escrito, até o 20º (vigésimo) dia do mês de competência do recolhimento a maior ou em duplicidade.
  - B.a.** Após essa data ficam isentos os Sindicatos ou sua gestora de qualquer reembolso, posto que já terão procedido às destinações, não sendo viável o desfazimento de tais atos.
- C. Apresentação de documentos:** Deve o empregador, sempre que solicitado, pelo Sindicato ou por sua gestora, apresentar o CAGED e/ou outros documentos necessários aos processos de concessão das assistências ou verificações de auditoria.
- D. Sanções pactuadas:** Visando evitar que haja descompasso financeiro na administração desta assistência, em caso de o empregador, por qualquer motivo, deixar de depositar mensalmente sua contribuição, ou pagar por quantidade de trabalhadores inferior a constante no campo “**total de empregados do último dia**”, do último CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) informado ao Ministério do Trabalho e Emprego), deverá este reembolsar de imediato

à gestora o valor total da assistência a ser prestada e a título de multa o dobro do valor deverá ser pago de imediato ao trabalhador ou a sua família, conforme o caso (falecimento ou incapacitação).

**D.a.** Os valores porventura não contribuídos serão devidos a qualquer tempo e passíveis de cobrança judicial.

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR SINDICAL :**

Sendo seu caráter imediato e inadiável, as assistências serão desenhadas pela simples comunicação através do sistema telefônico 0800 13 37 38.

Tão logo os empregadores tenham ciência da ocorrência do falecimento ou de fato que poderá causar incapacitação do trabalhador, deverão formalizar a comunicação, preferencialmente através do site [www.assistenciasindical.com.br](http://www.assistenciasindical.com.br).

Ao formalizar o comunicado, devem os empregadores preencher claramente os dados solicitados, os quais visam também alimentar as diversas estatísticas necessárias para elaboração de mapas demográficos e outras necessárias ao setor.

### **Atendimento 24 horas:**

Através do sistema telefônico de discagem gratuita **0800 13 37 38**, em funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, a administração do benefício estará a disposição, para solicitação da prestação dos serviços, conforme segue:

### **Serviço Funeral:**

- E.** Um agente habilitado será enviado até o local e tomará todas as providências, pagamentos e acompanhamento necessários ao funeral e sepultamento, independente da causa ou horário do falecimento.
- E.a.** A carteira profissional do trabalhador será o único documento necessário à imediata prestação dos serviços.
- E.b.** A prestação personalizada dos serviços de funeral e sepultamento será custeada até o valor de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), de acordo com o credo religioso da família.
- F.** Ao comunicar o óbito, o arrimo do falecido poderá optar por serviço de menor custo, ou mesmo dispensá-lo, e receber em dinheiro a diferença, juntamente com as parcelas da **Manutenção de Renda Familiar**.

**Assistência Financeira Imediata:**

- G.** R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais), em dinheiro, ao arrimo do falecido em até 24 horas (vinte e quatro) horas úteis após a comunicação formal do falecimento.
- G.a.** Em caso do óbito ser comunicado após o funeral, a verba que seria a ele destinada será paga juntamente com as parcelas da **Manutenção de Renda Familiar**.

**Manutenção de Renda Familiar:**

- H.** Verba mensal de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), pelo período de 6 meses, vencendo a primeira 5 (cinco) dias úteis após a entrega de simples documento comprobatório.
- I.** Por ter cunho social e imediato, nos casos em que haja mais de 1 (um) dependente, deve um deles representar os demais apresentando declaração por ele assinada, com duas testemunhas e firmas reconhecidas em cartório, onde assumam a veracidade da informação e a responsabilidade pela distribuição dos valores.
- I.a.** Entende-se também por arrimo o parceiro(a) na união estável, mesmo se entre pessoas do mesmo sexo.
- J.** As demais parcelas, bem como os valores do Serviço Funeral porventura não utilizados, serão depositados em conta vinculada que auferirão rendimentos, e pagos em parcelas mensais através de crédito em conta do trabalhador, ou do arrimo do falecido, conforme o caso.

**Assistência Alimentícia:**

- K.** Entrega mensal de 50 kg de alimentos pelo período de 6 meses, no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), entregues na residência do trabalhador incapacitado ou na do arrimo, através de ticket's, vale refeição, vale alimentação ou cartões magnéticos de empresas fornecedoras ou operadoras de sistema tipo vale refeição para compra de mantimentos em redes de supermercados.

**Incapacitação Permanente para o Trabalho por Perda ou Redução da Aptidão Física:**

**Esta Assistência visa atendimento às famílias em eventos que sejam de fácil detecção, os demais serão atendidos pela Previdência Social ou seguro porventura contratado e que as prevejam.**



MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS - 2008/2009  
Assistência Social Familiar Sindical - Asseio e Conservação do  
Município do Rio de Janeiro

L. Farão jus à Assistência Financeira Mensal e Assistência Alimentícia para os Trabalhadores que sofrerem perda ou redução de sua aptidão física, pelas imobilidades ou amputações, relacionadas abaixo:

L.a. A presente assistência foi elaborada exclusivamente para atender as incapacitações que tenham fácil comprovação quanto ao grau de incapacidade em até 90 (noventa) dias **do acidente ou afastamento** havido, não estando amparadas as que necessitem de mais tempo para definição.

ALIENAÇÃO MENTAL	Debilitação mental completa e permanente.
VISÃO	Impossibilidade completa e permanente.
AUDIÇÃO	Impossibilidade completa e permanente.
FALA	Impossibilidade completa e permanente.
TETRAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimento dos membros superiores e inferiores.
PARAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimentos dos membros inferiores.
BRAÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimento ou amputação.
OMBRO	Impossibilidade completa e permanente de movimento.
COTOVELO	Impossibilidade completa e permanente de movimento.
PUNHO	Impossibilidade completa e permanente de movimento.
MÃO	Impossibilidade completa e permanente de movimento ou amputação.
QUADRIL	Impossibilidade completa e permanente de movimento.
PERNA	Impossibilidade completa e permanente de movimento ou amputação.
JOELHO	Impossibilidade completa e permanente de movimento.
PÉ	Impossibilidade completa e permanente de movimento ou amputação.
ENCURTAMENTO DE PERNA	Em 5 centímetros ou mais.

**Fornecimento de Cartões Individuais de Identificação e Procedimentos:**

M. Serão disponibilizados cartões de identificação e procedimento em quantidade suficiente para distribuição a todos os trabalhadores a serem assistidos.

M.a. Os cartões estarão a disposição nas bases dos Sindicatos, onde deverão ser retirados pelos Empregadores, mediante comprovação da regularidade nos recolhimentos pactuados, para distribuição compulsória e imediata aos Trabalhadores.

01/12/09

SEMED/SERS/DRT/RI  
Convenção / Acordos / Termo Aditivo

**Comunicação de Eventos:**

**N** .Para que o Assistido tenha direito aos serviços estipulados, o óbito ou a incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente à gestora do sindicato, **no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias da ocorrência.**

**N1** . Transcorrido esse prazo sem a manifestação expressa do Empregador acerca do óbito ou da incapacitação permanente do Assistido, o Sindicato e a sua gestora ficarão eximidos de disponibilizar as assistências aos Trabalhadores.

**N2** . Em caso de conhecimento da ocorrência pelo Empregador e o mesmo não providenciar a comunicação, pagará ao trabalhador ou a seu arrimo além do valor da assistência prevista, da multa definida por inadimplência, e estará sujeito às sanções por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho.

**N3** . Na hipótese exclusiva em que o Empregador não tenha tido ciência efetiva do óbito ou do evento que poderá provocar a incapacitação permanente de seu Trabalhador, tendo também transcorrido o prazo estipulado, perdem os Trabalhadores o direito que teriam às assistências.

